



CLIPPING INTERNET
25/11/2021 ATÉ 25/11/2021



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG DO LEONARDO ALVES.....	1
	1.2 SITE O MARANHENSE.....	2
	1.3 SITE O PROGRESSO.....	3
	1.4 SITE RADIO NATIVA FM.....	4
	1.5 SITE UNIVERSIDADE FM.....	5
2	CEMULHER	
	2.1 BLOG DO OSVALDO MAYA.....	6
3	CNJ	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	7
4	COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	
	4.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	8
	4.2 BLOG DO MINARD.....	9
	4.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	10
	4.4 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	11
	4.5 BLOG PÁGINA 2.....	12
	4.6 SITE O MARANHENSE.....	13
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 BLOG ANTONIO AMARAL.....	14
	5.2 BLOG DO MINARD.....	15
	5.3 BLOG DO WALISON.....	16
	5.4 PORTAL DO MUNIM.....	17
	5.5 SITE O MARANHENSE.....	18
6	ESMAM	
	6.1 SITE O MARANHENSE.....	19 20
7	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	7.1 SITE O MARANHENSE.....	21
8	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	8.1 SITE O MARANHENSE.....	22

Expectativa da revogação da Pec da Bengala deve mexer no TJMA

Se 'PEC da Bengala' for revogada, oito desembargadores devem deixar o TJMA

Desembargadores que podem deixar de imediato o Tribunal de Justiça do Maranhão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (23), por 35 votos a 24, a admissibilidade de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que revoga a chamada "PEC da Bengala".

A "PEC da Bengala" foi promulgada pelo Congresso em 2015 estabelece a aposentadoria compulsória de ministros de tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU) aos 75 anos. O texto que revoga a PEC reduz a idade para 70 anos.

Se a proposta valer para os atuais ministros e for promulgada antes de 2023, a nova PEC permitiria a aposentadoria imediata dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, e Rosa Weber, ambos de 73 anos, que, pela regra atual, se aposentam somente em 2023.

E o efeito alcançaria também o Tribunal de Justiça do Maranhão, onde sete dos atuais 28 desembargares possuem mais de 70 anos: Vicente de Paula Gomes de Castro (72 anos), Maria das Graças de Castro Duarte Mendes (72 anos), Lourival de Jesus Serejo Sousa (70 anos), Kleber Costa Carvalho (70 anos), Marcelino Chaves Everton (73 anos), José de Ribamar Castro (72 anos) e Luiz Gonzaga Almeida Filho (70 anos).

Vale ressaltar, que nas últimas semanas deixaram o TJ-MA por completar 75 anos os desembargadores João Santana, Anildes Cruz e Jaime Ferreira.

E mais...
Se revogada a 'PEC da Bengala', o desembargador Douglas Airton Ferreira Amorim ficaria apenas um ano no "poder", vez que teve acesso ao cargo pelo critério de antiguidade por decisão unânime do Pleno na sessão plenária administrativa do dia 10 de novembro de 2021. Ele possui 73 anos.

Do Blog do Domingos Costa

TJMA paga mais de 6 milhões de reais em precatórios de 25 municípios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais dois lotes de precatórios da lista cronológica de credores de 25 municípios.

São eles: Aldeias Altas, Cachoeira Grande, Lima Campos, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Trizidela do Vale e Tutóia (6º lote de pagamento), Açailândia, Anajatuba, Araióses, Carolina, Conceição do Lago-Açu, João Lisboa, Paço do Lumiar (e Instituto de Previdência), Pedreiras, Penalva, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Rosário, Sambaíba, São Vicente Ferrer, São Benedito do Rio Preto, Timon e Tufilândia (7º lote de pagamento).

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores – caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários – ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública, determinados pelas autoridades competentes.

Estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 6.524.321,49 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

Desde o início da crise sanitária, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores, cujos precatórios chegaram à fase de pagamento, de apresentarem os dados de suas contas bancárias para recebimento de seus créditos, mediante transferência bancária.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários para o recebimento do pagamento, mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica possibilita o recebimento do valor do precatório sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail coordprecatorios@tjma.jus.br para:

1º) obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail da Coordenadoria de Precatórios;

2º) encaminharem o comprovante de pagamento das custas judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento;

3º) agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após o agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança.

A sistemática estabelecida para entrega dos alvarás será desempenhada com a maior celeridade possível.

A Coordenadoria de Precatórios informa que não serão entregues alvarás sem prévio agendamento.

Artista que pinta com os pés e boca faz exposição na Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

25/11/2021 |

As atividades da I Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo TJMA, vão até o dia 26 de novembro

Foi aberta nessa terça-feira (23), na Galeria Celso Antônio de Menezes, hall do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), a exposição do artista plástico Lucas Luciano que pinta com os pés e boca. A exposição fica aberta ao público das 8h às 15h, até sexta-feira (26), e integra a programação da I Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência promovida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Comissão e Núcleo Permanentes de Acessibilidade e Inclusão de Pessoa com Deficiência.

As 10 obras da exposição abordam temáticas variadas, em que ele utiliza as técnicas acrílica e óleo sobre tela. “Costumo passar temporadas pintando com os pés; depois mudo para a pintura com a boca, para ficar exercitando as duas formas”, conta Lucas Luciano, único maranhense a integrar a Associação de Pintores com os Pés e Boca, que reúne mais de 800 membros em 75 países. São telas que retratam casarões de São Luís, animais, paisagens e flores.

O artista, que completa 20 anos no próximo mês de dezembro, nasceu no município de Lago da Pedra (MA), com uma deficiência chamada Artrogripose Múltipla Congênita, que lhe causou má formação nos membros superiores e inferiores (braços e pernas). Além da pintura ele também escreve com os pés, tem habilidades com a bola de futebol, fazendo embaixadinhas, e toca teclado com sua banda de música gospel.

O jovem artista disse que despertou o interesse pela pintura ainda na primeira infância quando, ao participar de uma ação social no hospital onde fazia exames de rotina, viu crianças brincando com tinta e papel. Aos sete anos também mostrou interesse pela música, ganhando o primeiro teclado aos 13. A família mudou da cidade natal para São Luís para que o filho pudesse estudar e se dedicar à pintura. Na capital, ele concluiu o ensino médio aos 16 anos; no ano seguinte ingressou na faculdade de designer e atualmente está no 6º período do curso.

“Pretendo focar na minha arte para mostrar a outras pessoas com deficiência, principalmente crianças e adolescentes, que é possível fazer arte independente de qualquer deficiência ou limitação física”, ressaltou. Ele disse que costuma fazer exposições em escolas, onde também fala sobre sua experiência como pintor, músico e outras habilidades. “Vamos a esses locais e participamos de ações sociais para mostrar às crianças e jovens que é possível fazer o que a gente gosta. É muito gratificante ouvir pais relatando que os filhos, inspirados na minha história, passaram a gostar da pintura, da música, de praticar esporte, de jogar futebol”.

É no ateliê em casa que ele pinta e todas as telas são publicadas na internet, no instagram [lucasluciano.silva](https://www.instagram.com/lucasluciano.silva). O artista explica que por meio da pintura procura mostrar a força de vontade de pessoas com deficiência, “que não têm muita oportunidade; que estão em casa sem poder sair”, afirma. Para o artista, a exposição em cartaz na galeria Galeria Celso Antônio de Menezes é uma oportunidade para mostrar seu talento ao grande público.

Lucas Luciano também é um dos 25 artistas plásticos que integram a Galeria Floriano de Araújo Teixeira, inaugurada no último dia 09 de novembro, no Fórum Des. Sarney Costa. As 25 obras, que ficarão em exposição permanente no local, foram doadas para o acervo do órgão. A tela “Arara a Observar” foi pintada com os pés, em 2017, aplicando a técnica acrílica sobre tela. “É gratificante ter uma tela nessa galeria, ao lado de vários artistas plásticos já conhecidos; é uma grande oportunidade de divulgação do meu trabalho”, comemora o artista.

As atividades da I Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo TJMA, vão até o dia 26 de novembro, com seminário temático, mostra cultural, campanha de arrecadação de alimentos e itens de higiene, além de reuniões com entidades representativas e servidores e servidoras do Judiciário portadores de deficiência. Parte da programação é on-line.

Para entrar em contato com o Lucas Luciano, acesse: @lucaslucianosilva.silva

Sugestão de Pauta do Tribunal de Justiça enviada ao Blog do Leonardo Alves

TJMA paga mais de 6 milhões de reais em precatórios de 25 municípios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais dois lotes de precatórios da lista cronológica de credores de 25 municípios.

São eles: Aldeias Altas, Cachoeira Grande, Lima Campos, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Trizidela do Vale e Tutóia (6º lote de pagamento), Açailândia, Anajatuba, Araioses, Carolina, Conceição do Lago-Açu, João Lisboa, Paço do Lumiar (e Instituto de Previdência), Pedreiras, Penalva, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Rosário, Sambaíba, São Vicente Ferrer, São Benedito do Rio Preto, Timon e Tufilândia (7º lote de pagamento).

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores – caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários – ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública, determinados pelas autoridades competentes.

Estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 6.524.321,49 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

Confira detalhes sobre procedimentos de pagamento em no site oficial do TJMA

Se 'PEC da Bengala' for revogada, oito desembargadores devem deixar o TJMA

Publicado em 25 de novembro de 2021 às 7:45

Desembargadores que podem deixar de imediato o Tribunal de Justiça do Maranhão A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (23), por 35 votos a 24, a admissibilidade de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que revoga a chamada “PEC da Bengala”.

A “PEC da Bengala” foi promulgada pelo Congresso em 2015 estabelece a aposentadoria compulsória de ministros de tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU) aos 75 anos. O texto que revoga a PEC reduz a idade para 70 anos.

Se a proposta valer para os atuais ministros e for promulgada antes de 2023, a nova PEC permitiria a aposentadoria imediata dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, e Rosa Weber, ambos de 73 anos, que, pela regra atual, se aposentam somente em 2023.

E o efeito alcançaria também o Tribunal de Justiça do Maranhão, onde sete dos atuais 28 desembargares possuem mais de 70 anos: Vicente de Paula Gomes de Castro (72 anos), Maria das Graças de Castro Duarte Mendes (72 anos), Lourival de Jesus Serejo Sousa (70 anos), Kleber Costa Carvalho (70 anos), Marcelino Chaves Everton (73 anos), José de Ribamar Castro (72 anos) e Luiz Gonzaga Almeida Filho (70 anos).

Vale ressaltar, que nas últimas semanas deixaram o TJ-MA por completar 75 anos os desembargadores João Santana, Anildes Cruz e Jaime Ferreira.

E mais... Se revogada a ‘PEC da Bengala’, o desembargador Douglas Airton Ferreira Amorim ficaria apenas um ano no “poder”, vez que teve acesso ao cargo pelo critério de antiguidade por decisão unânime do Pleno na sessão plenária administrativa do dia 10 de novembro de 2021. Ele possui 73 anos.

Do Blog do Domingos Costa

Acusado de feminicídio em São Luís será julgado na semana "Justiça pela Paz em Casa"

novembro 24, 2021 Osvaldo Maya 0 comentários

O 4º Tribunal do Júri de São Luís julga nesta quinta-feira (25) Vanilson Silva Serra, acusado de matar a facadas a sua companheira Evanessa Rocha Brito, na madrugada do dia 05 de agosto de 2019, por volta das 4h, na residência do casal, no bairro Forquilha. Ele foi denunciado pelo crime de homicídio qualificado por feminicídio, motivo fútil e mediante recurso que reduziu a possibilidade de defesa da vítima. O julgamento ocorre durante a Semana Nacional do Programa "Justiça pela Paz em Casa", que ocorre em todo o Maranhão até esta sexta-feira (26).

A sessão de júri popular começa às 8h30, no salão localizado no primeiro andar do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) e será presidida pelo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Devido à pandemia da COVID-19 está restrito o acesso ao local, sendo priorizada a entrada de testemunhas processuais, familiares da vítima e do acusado, jurados, promotores de Justiça, defensores públicos e advogados das partes. O uso permanente de máscaras é obrigatório para todos no local.

Segundo depoimento de uma testemunha que morava na kitinete com o casal, na noite anterior ao crime, acusado e vítima chegaram à residência por volta da meia noite, retornando de uma festa de aniversário, e Evanessa Rocha nada teria comentado sobre alguma briga com o marido. Disse que por volta das 10h30, Vanilson Silva saiu do quarto com um corte na região do pescoço e ensanguentado, caiu no chão, levantou, sentou-se no sofá e permaneceu no imóvel até a chegada da polícia. A depoente contou que Evanessa Rocha estava deitada de bruços na cama, com várias manchas de sangue no colchão. A testemunha também relatou que o casal discutia por causa do ciúme do marido, mas nunca presenciou agressões.

Vanilson Silva foi levado pelos policiais militares ao hospital e logo após encaminhado ao Plantão Central de Homicídios, sendo preso em flagrante. Ao ser interrogado na Justiça, o acusado confessou o crime e relatou que quando retornava da festa, discutiu com a mulher por causa de futebol e que, durante a madrugada, os dois voltaram a brigar. Ele alegou que no momento do crime estava "possuído" e, num momento de raiva, furou a vítima com um punhal que guardava sempre no quarto. Disse não saber porque esfaqueou a companheira e que, ao perceber que ela estava morta, tentou o suicídio. Evanessa Rocha e Vanilson Silva viviam juntos há mais de quatro anos.

Na decisão de pronúncia, o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior afirmou que o motivo do crime teria sido fútil, pois decorreu de uma discussão entre o Vanilson Silva e a vítima, iniciada porque o marido pediu para a companheira parar de falar sobre futebol. O magistrado negou ao réu o benefício de aguardar o julgamento em liberdade. "O acusado não possui emprego nem moradia fixos, pois 'vive de bico' e morava em kitinete alugada; não havendo garantia de que não se evadirá, caso seja posto em liberdade", Atualmente o réu está custodiado na UPSL1-São Luís 1, na Penitenciária de Pedrinhas, na capital.

Paz em Casa

A Semana Nacional do Programa "Justiça pela Paz em Casa" foi instituída pela Resolução nº 254/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional

em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Durante a Semana, o Poder Judiciário, em parceria com as Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e demais operadores do Direito de todo o país, concentram esforços para julgar e agilizar processos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, com vistas a ampliar a efetividade da “Lei Maria da Penha” (Lei n.º 11.340/2006).

No Maranhão, as atividades são organizadas e coordenadas pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER/TJMA). Foram agendados para o período - 22 a 26 de novembro - em todo o estado, audiências e julgamentos de processos nas varas especializadas e competentes em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Em São Luís, especificamente na 1ª Vara, estão programadas 180 audiências presenciais, distribuídas em seis salas, no 5º andar do Fórum Des. Sarney Costa.

As audiências da 1ª Vara da Mulher estão sendo realizadas pela juíza Vanessa Clementino Sousa e pelos juízes Jocelmo Sousa Gomes, Nelson Melo de Moraes Rego, João Vinícius Aguiar dos Santos, João Paulo de Sousa Oliveira e Thales Ribeiro Andrade. Também participam as promotoras de justiça Isabelle de Carvalho Fernandes e Aline Albuquerque Bastos e os promotores Celso Antônio Fernandes Coutinho, Zanony Passos Filho, Francisco de Assis Maciel e Rodrigues Alves Cantanhede.

São Luís sedia encontro de corregedores-gerais dos tribunais de Justiça do Brasil nesta quinta-feira (25)

O tema “Justiça 4.0 - A transformação digital dos serviços do Judiciário brasileiro” estará em debate durante o 87º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - Encoge, que será realizado presencialmente, na quinta e sexta-feira, 25 e 26 de novembro, no Hotel “Blue Tree”, em São Luís, a partir das 9h, com a presença de magistrados e especialistas convidados e transmissão pelo youtube da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA).

O Encoge se propõe a discutir diretrizes, uniformizar métodos e critérios administrativos e estudos acerca do aprofundamento dos temas e questões relacionadas à atividade correcional, e apresentar propostas de solução destinadas à Corregedoria Nacional de Justiça, dentre outros assuntos.

Nos dois dias do evento, desembargadores, juízes e autoridades convidadas vão participar da discussão de experiências e soluções para o aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais, no âmbito da Justiça de primeira instância, a serem adotadas pelas corregedorias do Poder Judiciário nos estados. O resultado dos debates vão compor a Carta do Encoge, documento deliberativo do evento, que conterà os enunciados resultantes da pauta.

As discussões incluem as boas práticas relacionadas à temática central do evento como teletrabalho; casamentos comunitários virtuais; cartórios digitais; SREI; Serviços de Apoio Centralizado; Central de Regularização de Vagas; Projeto “Sigma” e Laboratório de Inovação e Núcleos de “Justiça 4.0”. As palestras serão ministradas por magistrados federais e estaduais e especialistas convidados.

PROGRAMAÇÃO

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten e presidente do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça do Brasil, presidirá o encontro, que terá a participação da ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional de Justiça; do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça; e do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, além de membros da Corte estadual, na abertura dos trabalhos, às 9h.

Após os pronunciamentos, será feita a entrega da Medalha de Honra ao Mérito “Desembargador Décio Antônio Erpen” a homenageados do Poder Judiciário. Serão agraciados: ministro Reynaldo Soares da Fonseca (STJ), Caetano Levi Lopes, diretor presidente da Escola Nacional da Magistratura; desembargador Luis Francisco Aguilar Cortez, diretor da escola Paulista da Magistratura; desembargador Voltaire de Lima Moraes, presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça; desembargador Jamil Gedeon Neto, Joaquim Figueiredo dos Anjos e Josemar Lopes Santos (TJMA), Mário Manoel Coelho de Mello, presidente do Tribunal de Contas do Amazonas; Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho, promotor de Justiça da Paraíba a advogada Najla Buhatem Maluf, presidente da Comissão de Direito Marítimo e Portuário e Norberto José da Cruz Filho, Advogado (OAB/MA).

O primeiro dia da programação de palestras terá início às 10h, com o juiz corregedor Silvio José Franco

(CGJ-SC), sobre “Desenvolvimento de Serviços de Apoio Centralizado e o Impacto na Prestação Jurisdicional”. Às 11h, o corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Luiz Cezar Nicolau, expõe sobre “Teletrabalho: riscos e oportunidades”.

À tarde, as palestras seguem com a apresentação dos temas “Justiça 4.0: Inovações Tecnológicas no Poder Judiciário”, com Valter Shuenquener de Araújo (secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça); “Cartórios Digitais e SREI”, com a juíza Maria Paula Cassone Rossi (auxiliar do CNJ) e “Central de Regulação de Vagas: Garantindo Direitos por meio da Gestão Prisional Eletrônica”, com o juiz Luís Sant’Ana Lanfredi (Presidência e Coordenador do DMF do CNJ).

TECNOLOGIA

Devido à pandemia de coronavírus, todos os protocolos sanitários de prevenção à contaminação pela Covid-19 serão cumpridos e as inscrições dos assessores de corregedores foram limitadas a dois juízes auxiliares por desembargador.

Para o corregedor maranhense e presidente do CCOGE, o futuro pós-pandemia traz inúmeros desafios à Justiça e o progresso tecnológico deve estar na pauta do debate institucional, diante da necessidade dos tribunais de estarem preparados para o uso racional dos recursos tecnológicos, gestão processual e qualificação de sua força de trabalho. “Mais uma vez, temos a oportunidade de reunir o melhor de nossas forças na busca de soluções aos desafios advindos com as rápidas mudanças, a fim de assegurar uma prestação jurisdicional mais eficiente, à luz das metas nacionais e do cumprimento da Agenda 2030”, declarou o desembargador, em mensagens aos participantes.

O 87º ENCOGE será encerrado por volta das 17h do dia 26, após a reunião plenária para elaboração e aprovação da “Carta de São Luís”, contendo os enunciados discutidos e aprovados pelo Colégio de corregedores. A programação conta, ainda, com a eleição para a presidência do CCOGE - Gestão 2022.

TJMA paga mais de 6 milhões de reais em precatórios de 25 municípios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais dois lotes de precatórios da lista cronológica de credores de 25 municípios.

São eles: Aldeias Altas, Cachoeira Grande, Lima Campos, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Trizidela do Vale e Tutóia (6º lote de pagamento), Açailândia, Anajatuba, Araisos, Carolina, Conceição do Lago-Açu, João Lisboa, Paço do Lumiar (e Instituto de Previdência), Pedreiras, Penalva, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Rosário, Sambaíba, São Vicente Ferrer, São Benedito do Rio Preto, Timon e Tufilândia (7º lote de pagamento).

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública, determinados pelas autoridades competentes.

Estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 6.524.321,49 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

Desde o início da crise sanitária, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores, cujos precatórios chegaram à fase de pagamento, de apresentarem os dados de suas contas bancárias para recebimento de seus créditos, mediante transferência bancária.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários para o recebimento do pagamento, mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica possibilita o recebimento do valor do precatório sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail coordprecatórios@tjma.jus.br para:

1º) obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail da Coordenadoria de Precatórios;

2º) encaminharem o comprovante de pagamento das custas judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento;

3º) agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após o agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança.

A sistemática estabelecida para entrega dos alvarás será desempenhada com a maior celeridade possível.

A Coordenadoria de Precatórios informa que não serão entregues alvarás sem prévio agendamento.

TJMA paga mais de 6 milhões de reais em precatórios de 25 municípios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais dois lotes de precatórios da lista cronológica de credores de 25 municípios.

São eles: Aldeias Altas, Cachoeira Grande, Lima Campos, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Trizidela do Vale e Tutóia (6º lote de pagamento), Açailândia, Anajatuba, Araióses, Carolina, Conceição do Lago-Açu, João Lisboa, Paço do Lumiar (e Instituto de Previdência), Pedreiras, Penalva, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Rosário, Sambaíba, São Vicente Ferrer, São Benedito do Rio Preto, Timon e Tufilândia (7º lote de pagamento).

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores – caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários – ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública, determinados pelas autoridades competentes.

Estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 6.524.321,49 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

Desde o início da crise sanitária, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores, cujos precatórios chegaram à fase de pagamento, de apresentarem os dados de suas contas bancárias para recebimento de seus créditos, mediante transferência bancária.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários para o recebimento do pagamento, mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica possibilita o recebimento do valor do precatório sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail coordprecatórios@tjma.jus.br para:

1º) obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail

da Coordenadoria de Precatórios;

2º) encaminharem o comprovante de pagamento das custas judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento;

3º) agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após o agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança.

A sistemática estabelecida para entrega dos alvarás será desempenhada com a maior celeridade possível.

A Coordenadoria de Precatórios informa que não serão entregues alvarás sem prévio agendamento.

TJMA paga mais de 6 milhões de reais em precatórios de 25 municípios

25 de novembro de 2021

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais dois lotes de precatórios da lista cronológica de credores de 25 municípios.

São eles: Aldeias Altas, Cachoeira Grande, Lima Campos, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Trizidela do Vale e Tutóia (6º lote de pagamento), Açailândia, Anajatuba, Araiões, Carolina, Conceição do Lago-Açu, João Lisboa, Paço do Lumiar (e Instituto de Previdência), Pedreiras, Penalva, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Rosário, Sambaíba, São Vicente Ferrer, São Benedito do Rio Preto, Timon e Tufilândia (7º lote de pagamento).

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública, determinados pelas autoridades competentes.

Estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 6.524.321,49 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

Desde o início da crise sanitária, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores, cujos precatórios chegaram à fase de pagamento, de apresentarem os dados de suas contas bancárias para recebimento de seus créditos, mediante transferência bancária.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários para o recebimento do pagamento, mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica possibilita o recebimento do valor do precatório sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail coordprecatorios@tjma.jus.br para:

1º) obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail da Coordenadoria de Precatórios;

2º) encaminharem o comprovante de pagamento das custas judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento;

3º) agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após o agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança.

A sistemática estabelecida para entrega dos alvarás será desempenhada com a maior celeridade possível.

A Coordenadoria de Precatórios informa que não serão entregues alvarás sem prévio agendamento.

São Luís sedia encontro de corregedores-gerais dos tribunais de Justiça do Brasil nesta quinta-feira (25)

POR PORTAL DO MUNIM · 25/11/2021

Encontro de corregedores-gerais dos tribunais de Justiça do Brasil.

MARANHÃO - O tema “Justiça 4.0 - A transformação digital dos serviços do Judiciário brasileiro” estará em debate durante o 87^a Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - Encoge, que será realizado presencialmente, na quinta e sexta-feira, 25 e 26 de novembro, no Hotel “Blue Tree”, em São Luís, a partir das 9h, com a presença de magistrados e especialistas convidados e transmissão pelo youtube da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA).

O Encoge se propõe a discutir diretrizes, uniformizar métodos e critérios administrativos e estudos acerca do aprofundamento dos temas e questões relacionadas à atividade correcional, e apresentar propostas de solução destinadas à Corregedoria Nacional de Justiça, dentre outros assuntos.

Nos dois dias do evento, desembargadores, juízes e autoridades convidadas vão participar da discussão de experiências e soluções para o aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais, no âmbito da Justiça de primeira instância, a serem adotadas pelas corregedorias do Poder Judiciário nos estados. O resultado dos debates vão compor a Carta do Encoge, documento deliberativo do evento, que conterà os enunciados resultantes da pauta.

As discussões incluem as boas práticas relacionadas à temática central do evento como teletrabalho; casamentos comunitários virtuais; cartórios digitais; SREI; Serviços de Apoio Centralizado; Central de Regularização de Vagas; Projeto “Sigma” e Laboratório de Inovação e Núcleos de “Justiça 4.0”. As palestras serão ministradas por magistrados federais e estaduais e especialistas convidados.

PROGRAMAÇÃO

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten e presidente do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça do Brasil, presidirá o encontro, que terá a participação da ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional de Justiça; do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça; e do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, além de membros da Corte estadual, na abertura dos trabalhos, às 9h.

Após os pronunciamentos, será feita a entrega da Medalha de Honra ao Mérito “Desembargador Décio Antônio Erpen” a homenageados do Poder Judiciário. Serão agraciados: ministro Reynaldo Soares da Fonseca (STJ), Caetano Levi Lopes, diretor presidente da Escola Nacional da Magistratura; desembargador Luis Francisco Aguilar Cortez, diretor da escola Paulista da Magistratura; desembargador Voltaire de Lima Moraes, presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça; desembargador Jamil Gedeon Neto, Joaquim Figueiredo dos Anjos e Josemar Lopes Santos (TJMA), Mário Manoel Coelho de Mello, presidente do Tribunal de Contas do Amazonas; Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho, promotor de Justiça da Paraíba a advogada Najla Buhatem Maluf, presidente da Comissão de Direito Marítimo e Portuário e Norberto José da Cruz Filho, Advogado (OAB/MA).

O primeiro dia da programação de palestras terá início às 10h, com o juiz corregedor Silvio José Franco

(CGJ-SC), sobre “Desenvolvimento de Serviços de Apoio Centralizado e o Impacto na Prestação Jurisdicional”. Às 11h, o corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Luiz Cezar Nicolau, expõe sobre “Teletrabalho: riscos e oportunidades”.

À tarde, as palestras seguem com a apresentação dos temas “Justiça 4.0: Inovações Tecnológicas no Poder Judiciário”, com Valter Shuenquener de Araújo (secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça); “Cartórios Digitais e SREI”, com a juíza Maria Paula Cassone Rossi (auxiliar do CNJ) e “Central de Regulação de Vagas: Garantindo Direitos por meio da Gestão Prisional Eletrônica”, com o juiz Luís Sant’Ana Lanfredi (Presidência e Coordenador do DMF do CNJ).

TECNOLOGIA

Devido à pandemia de coronavírus, todos os protocolos sanitários de prevenção à contaminação pela Covid-19 serão cumpridos e as inscrições dos assessores de corregedores foram limitadas a dois juízes auxiliares por desembargador.

Para o corregedor maranhense e presidente do CCOGE, o futuro pós-pandemia traz inúmeros desafios à Justiça e o progresso tecnológico deve estar na pauta do debate institucional, diante da necessidade dos tribunais de estarem preparados para o uso racional dos recursos tecnológicos, gestão processual e qualificação de sua força de trabalho. “Mais uma vez, temos a oportunidade de reunir o melhor de nossas forças na busca de soluções aos desafios advindos com as rápidas mudanças, a fim de assegurar uma prestação jurisdicional mais eficiente, à luz das metas nacionais e do cumprimento da Agenda 2030”, declarou o desembargador, em mensagens aos participantes.

O 87º ENCOGE será encerrado por volta das 17h do dia 26, após a reunião plenária para elaboração e aprovação da “Carta de São Luís”, contendo os enunciados discutidos e aprovados pelo Colégio de corregedores. A programação conta, ainda, com a eleição para a presidência do CCOGE - Gestão 2022.

TJMA discute planos de ação para redução de gastos e consumo

24/11/2021 23:59:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo Socioambiental, realizou nessa segunda-feira (22) reunião com o corpo diretivo da instituição para discutir a proposição de planos de ação para redução de consumo e gastos relativos aos indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS). A reunião foi convocada pelo desembargador Jorge Rachid, presidente do Núcleo Socioambiental, com a presença dos diretores e diretoras, juízes auxiliares e gestores (as) do TJMA.

Os planos de ação a serem executados no âmbito do Judiciário maranhense têm o objetivo de obedecer os critérios da Resolução N° 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação ao consumo e gastos referentes aos indicadores: papel; impressão; gasto com telefonia móvel e fixa; consumo e gasto de energia elétrica; consumo e gasto de água e esgoto; gastos com serviços gráficos; quantidade de equipamentos de impressão; gastos com reformas e construções; gastos com contratos de limpeza; gastos com material de limpeza; gastos com vigilância armada; gastos e consumo de veículos e combustível; aquisição e contratações sustentáveis.

Para alcance dos resultados de redução de uso de papel, materiais gráficos e impressão foram sugeridas e aprovadas ações como a realização de palestras de sensibilização junto aos servidores e servidoras; revisão da quantidade de consumo anual de resmas de papel A4 por servidor; expedição de Ato para regulamentar utilização de material gráfico, fomentando a substituição de confecção de material por utilização de meios digitais, tais como QR code; entre outras.

Para redução de consumo de energia elétrica, foram aprovadas ações de conscientização dos servidores (as); utilização de energia renovável e equipamentos modernos; substituição de 100% das lâmpadas de todas as comarcas por LED; análise dos dados de consumo gerados pela Consultoria Falconi para fins de realização de visitas técnicas nas unidades, entre outras.

Para otimização do consumo de água e esgoto, foram aprovadas sugestões como ações de conscientização dos servidores e estudo para verificação da viabilidade financeira, técnica e ambiental da instalação de poços artesianos na sede e nas unidades com maior consumo.

A reunião também tratou de sugestões para melhoria dos gastos com reformas e construção; material de limpeza; gastos de consumo com veículos e combustível; vigilância armada; capacitação em sustentabilidade; aquisições e contratações sustentáveis.

CONSUMO CONSCIENTE

Com o objetivo de sensibilizar e conscientizar magistrados, magistradas, servidores, servidoras, estagiários, estagiárias, terceirizados e terceirizadas do Poder Judiciário do Maranhão sobre práticas ambientalmente corretas e combate ao desperdício no âmbito institucional, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo Socioambiental, lançou a campanha "Consumo Consciente", que desenvolve ações de conscientização

com base nos indicadores definidos pela Resolução Nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

A Campanha Consumo Consciente objetiva desenvolver uma mudança de mentalidade acerca do consumo mensurado nos indicadores de sustentabilidade. O PLS - que consiste no planejamento estratégico da sustentabilidade do Poder Judiciário - traz objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados.

A Campanha Consumo Consciente conta com a parceria da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e da Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e com o apoio do Laboratório de Inovação (ToadaLab) e Comunicação Social do TJMA.

Segundo o desembargador Jorge Rachid, a campanha Consumo Consciente foi idealizada com o objetivo principal de fomentar uma mudança de mentalidade e incentivar a adoção de padrões de comportamento sustentáveis. "A humanidade já consome 30% mais recursos naturais do que a capacidade de renovação da Terra. Se os padrões de consumo e produção se mantiverem no atual patamar, em menos de 50 anos serão necessários dois planetas Terra para atender nossas necessidades de água, energia e alimentos", observa.

CNJ encerra treinamento para identificação por biometria da população carcerária do Maranhão

Nos dias 23 e 24 de novembro, servidores e servidoras da Justiça Estadual, Justiça Federal, Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) e da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) que atuam nas áreas de Tecnologia da Informação, Audiência de Custódia e na Corregedoria Geral de Justiça participaram do treinamento para implementação da Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Privadas de Liberdade, que tem a parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU).

As ações voltadas ao treinamento iniciaram na última segunda-feira (22), com a apresentação feita pelo coordenador do eixo de sistemas e identificação do programa Fazendo Justiça, Alexander Cambraia (CNJ); e da representante do Superior Tribunal Eleitoral, Marília Loyola, que explicaram a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o TSE, por meio do Programa Fazendo Justiça, que viabilizará o uso de kits biométricos distribuídos aos tribunais de todo o país, referentes ao Fluxo Contínuo de Coleta Biométrica e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdade.

O objetivo é garantir mais confiabilidade a informações de pessoas sob custódia do Estado e ampliar acesso a políticas de cidadania, em especial a emissão de documentos, facilitando a inclusão dessas pessoas em programas sociais, cursos educacionais, atividades profissionalizantes e laborais, sendo um importante instrumento para a reintegração social. A iniciativa do CNJ prevê a instalação dos equipamentos, treinamento de equipes, testes e demais fluxos do processo.

O coordenador do eixo de sistemas e identificação do Fazendo Justiça, Alexander Cambraia, explicou que a biometria racionaliza, dá mais eficiência e segurança aos dados sobre as pessoas privadas de liberdade: "A unificação de bancos de dados estaduais à uma base nacional fortalece a segurança de todo o processo e, mais importante, padroniza e dá unicidade em todo o país".

O juiz coordenador da UMF/TJMA, Marcelo Moreira, representando o desembargador Marcelo Carvalho Silva (coordenador geral), ressaltou que o Maranhão recebeu uma quantidade significativa dos kits biométricos, suficientes para atender a demanda inicial para viabilizar a documentação civil de pessoas privadas do próprio exercício da cidadania, em razão dessa deficiência de documentação.

Segundo o magistrado, um dos grandes problemas enfrentados pela população carcerária é justamente por parte dos egressos que já cumpriram pena, que estão saindo do sistema prisional e que têm muita dificuldade de encontrar trabalho em razão da falta de documentação. "Além de garantir documentação civil, esse trabalho com a biometria vai permitir que tenhamos um processo penal seguro, considerando que vamos eliminar a chance de pessoas se passarem por outras", salienta o juiz.

O juiz Marcelo Moreira também esclareceu que o cadastramento biométrico atuará em um primeiro momento, com as pessoas que entram no sistema e com a população carcerária que está prestes a sair. "O cadastramento biométrico é feito já na porta de entrada da audiência de custódia, para as pessoas que ingressarem no sistema

de justiça na condição de flagrantes e que ainda não tenham passado por algum cadastramento biométrico, como o da Justiça Eleitoral", explicou o juiz, acrescentando que "também há um passivo que é a população carcerária existente hoje, que passará pela biometria tão logo esteja na eminência de sair do sistema".

TREINAMENTO

Durante os dois dias de treinamento - desenvolvido por equipes do CNJ e TSE - um grupo de magistrados, magistradas, servidores e servidoras foram capacitados para executar a identificação biométrica. "Esses servidores e servidoras vão replicar esse conhecimento a outros servidores e servidoras do Poder Judiciário maranhense, da mesma forma, com as pessoas treinadas na Secretaria de Administração Penitenciária, de forma que vamos ter a expertise necessária para poder realizar esse trabalho de forma autônoma e sem a necessidade de apoio direto de pessoas de outros estados", pontuou Marcelo Moreira.

Marcelo Moreira elucidou ainda que "diferentemente da identificação biográfica, que se dá por meio de dados fornecidos pela pessoa, a identificação biométrica, em cruzamento com as informações dos dados cadastrais, impedirá que pessoas sejam confundidas e eliminará a possibilidade de inocentes serem responsabilizados criminalmente".

Na última terça-feira (23), treinamentos aconteceram no Laboratório de Inovação "ToadaLab" e em auditório no Fórum Des. Sarney Costa, feitos pela equipe do CNJ e TSE, sobre o fluxo de identificação civil, realização de consulta e coleta biométrica, bem como, sobre atendimento aos usuários com servidores e servidoras do TJMA, Seap e Justiça Federal.

Estavam presentes secretários e secretárias de varas criminais, da central de inquéritos e custódia, servidores e servidoras da Diretoria de Tecnologia e Informática, além de membros da Seap e UMF.

TESTE DE AMOSTRAGEM

Nessa quarta-feira (25), foi realizado o primeiro teste de amostragem do kit biométrico na Central de Inquéritos e Custódia, localizado no Outeiro da Cruz. Quando três pessoas passaram pela identificação, sendo duas cadastradas pela identificação biométrica.

Participaram do acompanhamento do teste de amostragem, o coordenador da UMF, juiz Marcelo Moreira; a juíza Manuella Faria Ribeiro (Central de Inquéritos e Custódia); o juiz Milvan Gedeon Gomes (Central de Inquéritos e Custódia); a coordenadora executiva da UMF, Thaís Muniz; Marília Loyola Barreiro Rocha (TSE); Juliana Hatem (TSE); Alcides da Silva Júnior (TSE); Samuel Reis (TSE); a consultora do programa Fazendo justiça PNUD - CNJ, Cláudia Gouveia; Marcelo Pinheiro (CNJ); Thaís Passos (CNJ); secretária judicial Raíssa Costa (Central de Inquéritos e Custódia) e o diretor da Polícia Penal Fabrício Gomes (Central de Inquéritos e Custódia).

TJMA paga mais de 6 milhões de reais em precatórios de 25 municípios

25/11/2021 10:07:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais dois lotes de precatórios da lista cronológica de credores de 25 municípios.

São eles: Aldeias Altas, Cachoeira Grande, Lima Campos, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Trizidela do Vale e Tutóia (6º lote de pagamento), Açailândia, Anajatuba, Araiões, Carolina, Conceição do Lago-Açu, João Lisboa, Paço do Lumiar (e Instituto de Previdência), Pedreiras, Penalva, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Rosário, Sambaíba, São Vicente Ferrer, São Benedito do Rio Preto, Timon e Tufilândia (7º lote de pagamento).

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública, determinados pelas autoridades competentes.

Estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 6.524.321,49 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

Desde o início da crise sanitária, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores, cujos precatórios chegaram à fase de pagamento, de apresentarem os dados de suas contas bancárias para recebimento de seus créditos, mediante transferência bancária.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários para o recebimento do pagamento, mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica possibilita o recebimento do valor do precatório sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail coordprecatórios@tjma.jus.br para:

1º) obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail da Coordenadoria de Precatórios;

2º) encaminharem o comprovante de pagamento das custas judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento;

3º) agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após o agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança.

A sistemática estabelecida para entrega dos alvarás será desempenhada com a maior celeridade possível.

A Coordenadoria de Precatórios informa que não serão entregues alvarás sem prévio agendamento.

Encontro de corregedores-gerais da Justiça começa nesta quinta-feira, 25

25/11/2021 00:01:00

O tema "Justiça 4.0 - A transformação digital dos serviços do Judiciário brasileiro" estará em debate durante o 87ª Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - Encoge, que será realizado presencialmente, na quinta e sexta-feira, 25 e 26 de novembro, no Hotel "Blue Tree", em São Luís, com a presença de magistrados e especialistas convidados e transmissão pelo youtube da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA).

O Encoge se propõe a discutir diretrizes, uniformizar métodos e critérios administrativos e estudos acerca do aprofundamento dos temas e questões relacionadas à atividade correcional, e apresentar propostas de solução destinadas à Corregedoria Nacional de Justiça, dentre outros assuntos.

Nos dois dias do evento, desembargadores, juízes e autoridades convidadas vão participar da discussão de experiências e soluções para o aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais, no âmbito da Justiça de primeira instância, a serem adotadas pelas corregedorias do Poder Judiciário nos estados. O resultado dos debates vão compor a Carta do Encoge, documento deliberativo do evento, que conterà os enunciados resultantes da pauta.

As discussões incluem as boas práticas relacionadas à temática central do evento como teletrabalho; casamentos comunitários virtuais; cartórios digitais; SREI; Serviços de Apoio Centralizado; Central de Regularização de Vagas; Projeto "Sigma" e Laboratório de Inovação e Núcleos de "Justiça 4.0". As palestras serão ministradas por magistrados federais e estaduais e especialistas convidados.

PROGRAMAÇÃO

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten e presidente do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça do Brasil, presidirá o encontro, que terá a participação da ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional de Justiça; do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça; e do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, além de membros da Corte estadual, na abertura dos trabalhos, às 9h.

Após os pronunciamentos, será feita a entrega da Medalha de Honra ao Mérito "Desembargador Décio Antônio Erpen" a homenageados do Poder Judiciário. Serão agraciados: ministro Reynaldo Soares da Fonseca (STJ), Caetano Levi Lopes, diretor presidente da Escola Nacional da Magistratura; desembargador Luis Francisco Aguilar Cortez, diretor da escola Paulista da Magistratura; desembargador Voltaire de Lima Moraes, presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça; desembargador Jamil Gedeon Neto, Joaquim Figueiredo dos Anjos e Josemar Lopes Santos (TJMA), Mário Manoel Coelho de Mello, presidente do Tribunal de Contas do Amazonas; Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho, promotor de Justiça da Paraíba a advogada Najla Buhatem Maluf, presidente da Comissão de Direito Marítimo e Portuário e Norberto José da Cruz Filho, Advogado (OAB/MA).

O primeiro dia da programação de palestras terá início às 10h, com o juiz corregedor Silvio José Franco (CGJ-SC), sobre "Desenvolvimento de Serviços de Apoio Centralizado e o Impacto na Prestação Jurisdicional". Às 11h, o corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Luiz Cezar Nicolau, expõe sobre "Teletrabalho: riscos e oportunidades".

À tarde, as palestras seguem com a apresentação dos temas "Justiça 4.0: Inovações Tecnológicas no Poder Judiciário", com Valter Shuenquener de Araújo (secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça); "Cartórios Digitais e SREI", com a juíza Maria Paula Cassone Rossi (auxiliar do CNJ) e "Central de Regulação de Vagas: Garantindo Direitos por meio da Gestão Prisional Eletrônica", com o juiz Luís Sant'Ana Lanfredi (Presidência e Coordenador do DMF do CNJ).

TECNOLOGIA

Devido à pandemia de coronavírus, todos os protocolos sanitários de prevenção à contaminação pela Covid-19 serão cumpridos e as inscrições dos assessores de corregedores foram limitadas a dois juízes auxiliares por desembargador.

Para o corregedor maranhense e presidente do CCOGE, o futuro pós-pandemia traz inúmeros desafios à Justiça e o progresso tecnológico deve estar na pauta do debate institucional, diante da necessidade dos tribunais de estarem preparados para o uso racional dos recursos tecnológicos, gestão processual e qualificação de sua força de trabalho. "Mais uma vez, temos a oportunidade de reunir o melhor de nossas forças na busca de soluções aos desafios advindos com as rápidas mudanças, a fim de assegurar uma prestação jurisdicional mais eficiente, à luz das metas nacionais e do cumprimento da Agenda 2030", declarou o desembargador, em mensagens aos participantes.

O 87º ENCOGE será encerrado por volta das 17h do dia 26, após a reunião plenária para elaboração e aprovação da "Carta de São Luís", contendo os enunciados discutidos e aprovados pelo Colégio de corregedores. A programação conta, ainda, com a eleição para a presidência do CCOGE - Gestão 2022.

Instituições realizam Simpósio sobre Sistema de Justiça e Segurança

Acontece nestas quinta-feira (25) e sexta-feira (26), no Auditório da Procuradoria Geral da Justiça, o Simpósio "Sistema de Justiça Militar e Segurança Pública no Estado Democrático de Direito", voltado para juízes e juízas, promotores e promotoras de Justiça, delegados e delegadas, policiais civis e militares, advogados (as), professores (as) e estudantes. O evento é promovido pelo Poder Judiciário, por meio da Justiça Militar, em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MPMA), Escola Superior do Ministério Público e Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

A iniciativa tem o objetivo de debater as principais questões atualmente postas para o Sistema de Justiça Militar e Segurança Pública com vistas a assegurar condições modernas de funcionamento de suas estruturas, a fim de que possam cumprir as suas missões dentro de um ambiente regado pela democracia. A realização do Simpósio considera a necessidade de manter vivo o debate sobre os principais desafios das instituições afetas à justiça e segurança pública, tendo em vista a intensificação das desigualdades sociais no país e a contribuição da divulgação de notícias falsas para a fragilização das instituições.

A solenidade de abertura do evento acontece às 10h, com a primeira Mesa de Trabalho - "O Sistema de Justiça Militar no século XXI", com a participação do promotor de Justiça Militar do MPDFT Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho, que tratará do tema "O sistema de Justiça Militar no Estado Democrático de Direito"; da juíza corregedora auxiliar da Justiça Militar da União Safira Maria de Figueiredo, com o tema "A Justiça Militar no contexto do Globalismo" e a coordenação da juíza de Direito Janaina Araujo de Carvalho.

A 2ª Mesa de Trabalho (11h) terá como tema "A Ampliação da competência da justiça militar em face da Lei Nº 13.491/2017", com a participação do juiz Nelson Melo Moraes Rego (Auditor Militar) e coordenação do coronel Pedro Ribeiro, comandante da Polícia Militar do Maranhão (PMMA).

À tarde, será realizada a 3ª Mesa de Trabalho: "Aspectos importantes das investigações policiais", com a participação do delegado de Polícia Civil Márcio Araújo, que vai tratar do tema "Preservação do Local de Crimes Violentos"; do delegado de Polícia Federal Wallace Alípio Gonçalves, com o tema "Quebra de Sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático"; e coordenação do desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, diretor da ESMAM.

Na sexta-feira (26), a programação prevê a 4ª Mesa de Trabalho (9h), com o tema "Direitos Humanos e Segurança Pública: caminhos para sua harmonia". Participam o promotor de Controle Externo da Atividade Policial Cláudio Alberto Gabriel Guimarães, tratando do tema "Enfrentamento da Violência pelo Sistema Penal"; o juiz federal Roberto Carvalho Veloso, com o tema "A competência da Justiça Militar para julgar crimes comuns"; e coordenação do coronel e comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Célio Roberto de Araújo.

A 5ª Mesa de Trabalho (10:30h) tem como tema "A organização da Justiça Militar e suas peculiaridades", que será tratado pelo promotor de Justiça Militar Paulo Roberto Barbosa Ramos; com coordenação da presidente da

Comissão de Direito Militar da OAB/MA, Ana Carina Saraiva Castro.

A 6ª Mesa de Trabalho (11:30h) terá o tema "Geopolítica e Segurança Nacional", com a participação de Marcelo Simas (UFRJ/PUC/RJ) e coordenação do promotor de Justiça Militar Clodomir Bandeira Lima Neto.

A programação da tarde terá a 7ª Mesa de Trabalho, com o tema "Forças Armadas, Segurança Nacional e Cidadania", com a participação do general João Roberto Albim Gobert Damasceno, que vai tratar do tema "A defesa da Foz do Rio Amazonas: a concepção estratégica de emprego da força terrestre para a região"; do brigadeiro do Ar Luiz Guilherme da Silva Magarão, com o tema "Segurança Nacional na Amazônia: o papel da Força Aérea Brasileira"; do capitão de Mar e Guerra Alekson Barbosa Porto, que vai falar do tema "A importância da Marinha para a Defesa das riquezas da Amazônia"; e coordenação da promotora de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial Márcia Haydée Porto de Carvalho.

A Conferência de encerramento terá como tema "A Justiça Militar e Segurança Pública no Estado Democrático de Direito", com a participação do vice-presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Péricles Aurélio Lima de Queiroz e coordenação da promotora de Justiça e diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão Karla Adriana Holanda Farias Vieira.

TJMA vai reunir-se com entidades e associações de defesa de pessoas com deficiência

25/11/2021 01:08:00

A Comissão e Núcleo Permanentes de Acessibilidade e Inclusão de Pessoa com Deficiência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) convocam representantes de entidades e associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência para uma reunião a ser realizada no dia 25 de novembro (quinta-feira), às 17 horas, por videoconferência, a fim de discutir e propor soluções que viabilizem o acesso dessa população à Justiça de forma inclusiva.

Para participar, clique [AQUI](#), dia 25 de novembro, às 17 horas, e digite o ID da reunião: 897 3276 0182 e a senha de acesso: 405833

A iniciativa faz parte da programação da I Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, cujas ações serão realizadas até 26 de novembro, com seminário temático, mostra cultural, campanha de arrecadação de alimentos e itens de higiene, e reuniões com entidades representativas e servidores(as) do Judiciário portadores de deficiência.

DIREITOS

De acordo com o juiz Alexandre Mesquita, o objetivo é assegurar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A Comissão de Acessibilidade foi regulamentada pela Portaria Nº 119/2018 do TJMA e tem a função de fiscalizar, planejar, elaborar e acompanhar projetos arquitetônicos de acessibilidade para as unidades do Poder Judiciário no Estado do Maranhão. Tem como presidente o desembargador Josemar Lopes Santos, e é integrada pelo juízes Manoel Aureliano Ferreira Neto e Alexandre Antonio Jose de Mesquita, e os servidores(as) Carolina Buhaten, Renato Fontoura Nogueira da Cruz, Flávia Gomes Ximenes Aragão, Durval Ribeiro Alves Júnior e Ronivon Soares Silva.

TJMA promove a 5ª edição do projeto Conciliação Itinerante

25/11/2021 03:06:00

No período de 29 de novembro a 3 de dezembro, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá promover a 5ª edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante.

Desta vez, a ação irá contemplar cidadãos e cidadãs de Coroatá (29/11 a 2/12) e Peritoró (3/12).

Durante o evento, a população poderá resolver questões processuais (com ação judicial em andamento) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma rápida, simples e pacífica, por meio do diálogo e da conciliação.

A iniciativa é promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

O presidente do Nupemec do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, ressalta que a iniciativa é fruto de investimentos do Poder Judiciário do Maranhão com vistas à garantia de ampliação do acesso à Justiça à população.

"Nosso intuito é estimular e apresentar à sociedade as ferramentas necessárias para uma solução desburocratizada, ágil e harmônica, construída por todas as partes envolvidas. Nesse sentido, a conciliação é o melhor caminho para a resolução dos conflitos em nossa sociedade", pontuou.

O coordenador do Nupemec do TJMA, juiz Alexandre Abreu, enfatiza a relevância do projeto. "A conciliação itinerante sempre foi objeto de uma maior aproximação do Poder Judiciário com a sociedade, em especial as pessoas com dificuldade de acesso ao sistema de Justiça. Portanto, nos deslocarmos até as comarcas significa levarmos até esses cidadãos e cidadãs a oportunidade de terem os seus problemas rapidamente resolvidos", frisou.

DEMANDAS

Na oportunidade, os cidadãos e as cidadãs poderão resolver demandas processuais e pré-processuais, de natureza cível ou de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, dentre outras.

LOCAIS DE ATENDIMENTO

Coroatá - 29/11 a 2/12, das 8h às 17h30, no Fórum Desembargador José Menezes Júnior (Rua Gonçalves Dias, s/n, Centro);

Peritoró - 3/12, das 8h às 17h30, na Secretaria Municipal de Assistência Social (Travessa Sete de Setembro,

102b, Filipino).

MEDIDAS PREVENTIVAS

Durante o evento, todas as medidas preventivas em relação à Covid-19 serão respeitadas, como o uso de álcool em gel e máscaras, além do distanciamento social.

COMO PARTICIPAR

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã - com ou sem ação judicial em andamento - deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (faturas, registro de imóvel e outros, a depender de cada caso).

A secretária da Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Ana Larissa Serra, informa que as pessoas (partes) que possuem processos em andamento nas comarcas e desejaram fazer acordos, basta comparecerem ao local, mesmo sem agendamento, para dialogarem e resolverem a questão da melhor forma possível, por meio da conciliação.

Durante o evento, serão realizadas audiências presenciais e híbridas, ou seja, com uma parte presente e a outra participando por videoconferência, com uso de um celular com câmera, de qualquer lugar do Brasil, até mesmo do exterior.

PLATAFORMA

Durante o projeto, o TJMA também irá oferecer serviços de acesso e orientação de uso da plataforma consumidor.gov.br, que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

UMF realiza inspeções em unidades socioeducativas de Timon

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), coordenada pelo desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou inspeção ordinária nas unidades socioeducativas de Timon - Centro Socioeducativo de Semiliberdade e Centro Educativo de Internação Provisória da Região dos Cocais - e na APAC, em conformidade com a Portaria - TJ 39442021.

As inspeções, realizadas no período de 16 a 19 de novembro, têm o objetivo de avaliar o funcionamento dos estabelecimentos prisionais, das APAC's e dos centros socioeducativos, nas comarcas do Estado, em relação à estrutura física, administrativa, de saúde, atendimento e outras.

A iniciativa também tem o intuito de verificar o cumprimento dos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dos princípios constitucionais quanto à proibição de tratamento desumano ou degradante, proibição de penas cruéis, garantia de respeito à integridade física e moral dos adolescentes infratores.

As atividades foram conduzidas pela coordenadora executiva da UMF, Thais Muniz, acompanhada da chefe da Divisão Jurídica, Luciana Braga, da secretária administrativa Karla Alencar, da chefe do Programa Começar de Novo, Perla Rocha, e da coordenadora estadual do Programa Fazendo Justiça (CNJ), Cláudia Gouveia.

A coordenadora executiva da UMF, Thais Muniz, explica que, durante as inspeções, a equipe avalia, ainda, a situação do quadro de profissionais do atendimento psicossocial e de servidores das unidades, e realiza entrevistas com os adolescentes infratores e recuperandos para verificar o cumprimento das garantias legais.

ESCRITÓRIOS SOCIAIS

Como parte da programação, a equipe da UMF também reuniu-se com o secretário Executivo da Secretaria de Obras e Infraestrutura de Timon, Marcelo Pacheco; com o vice-prefeito de Caxias, Paulo Marinho Jr; e a juíza de Direito da 3ª Vara Criminal de Caxias, Marcela Santana Lobo, com o objetivo de fomentar a criação de escritórios sociais nas referidas comarcas.

No mês de outubro deste ano, foram inaugurados dois escritórios sociais no Estado - em Itapecuru-Mirim e São Luís - destinados ao atendimento de pessoas egressas e seus familiares.

A proposta do Escritório Social é reunir em um mesmo local, atendimentos e serviços para dar suporte aos egressos do sistema prisional, em diversas áreas, como: saúde, qualificação, encaminhamento profissional, atendimento psicossocial, assistência jurídica e regularização de documentação civil.

Desde 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem trabalhando em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e colaboração do Departamento Penitenciário Nacional pela qualificação e expansão dos Escritórios Sociais em todo o país. A ação tem o apoio de tribunais de todo o país, que atuam de forma colaborativa com poderes públicos locais e outros atores mobilizados em rede.

Com o fomento e orientação do programa, também foram desenvolvidas metodologias próprias de atenção ao público, como a singularização do atendimento e mobilização de pré-egressos, que estão sendo trabalhadas em diversas capacitações pelo país e já mobilizaram milhares de participantes.

Vice-governador Carlos Brandão recebe medalha Cândido Mendes em cerimônia de comemoração dos 208 anos do TJMA

Vice-governador Carlos Brandão é condecorado com a Medalha Cândido Mendes Madson Fernandes - SECOM

Foto: Divulgação/TJMA

O vice-governador Carlos Brandão recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a Medalha Cândido Mendes, na última sexta-feira (19), durante cerimônia de homenagem a cidadãos que prestaram serviços à Justiça estadual. A solenidade aconteceu na sede do Tribunal, em comemoração aos seus 208 anos.

No evento também foram homenageadas outras 15 pessoas, entre magistrados, magistradas, juristas e autoridades locais com a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Velloso e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.

De acordo com o vice-governador Carlos Brandão, o reconhecimento do trabalho realizado até aqui em todo o estado inspira ainda mais a continuidade.

“O caráter dessa honraria muito me alegra, pois sei que a sua concessão é especial. É algo que me inspira a fazer muito mais pelo nosso Maranhão, a lutar por melhores condições de vida - mais justas, mais dignas -, para cada maranhense. O Tribunal de Justiça pode contar sempre com a minha máxima contribuição em levar benefícios para a população, de forma democrática”, afirmou.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, apontou que as medalhas devem recordar aos homenageados seu compromisso com a Justiça a todos aqueles que esperam soluções.

“Chegamos a um momento da história em que o Poder Judiciário tornou-se o mais confiante depositário das esperanças dos cidadãos que anseiam pela satisfação dos seus direitos”, destacou.

Entre os 16 homenageados estavam ainda os secretários de Estado da Educação, Felipe Camarão; da Saúde, Carlos Lula; e da Administração Penitenciária, Murillo Andrade.

Representando os laureados, o secretário Carlos Lula elogiou a atitude de todos os presentes que alcançaram o reconhecimento do Tribunal.

“É possível ostentar uma medalha como essa hoje, a honrar a Justiça, a honrar esse Tribunal, apontar para o caminho de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária - como informa a Constituição - e tomar atitudes pensando no conjunto da sociedade e no futuro”, declarou.

Junto com o desembargador Lourival Serejo e o vice-governador Carlos Brandão, também compuseram a mesa

o vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Glalbert Cutrim; o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), José de Ribamar Oliveira; o procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa; o deputado federal Edilázio Júnior; e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Holidice Barros.

Carlos Brandão recebe medalha Cândido Mendes em cerimônia de comemoração dos 208 anos do TJMA

25/11/2021 06:15 em Política

Fonte: Vice-Governadoria

O vice-governador Carlos Brandão recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a Medalha Cândido Mendes, na última sexta-feira (19), durante cerimônia de homenagem a cidadãos que prestaram serviços à Justiça estadual. A solenidade aconteceu na sede do Tribunal, em comemoração aos seus 208 anos.

No evento também foram homenageadas outras 15 pessoas, entre magistrados, magistradas, juristas e autoridades locais com a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Velloso e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.

De acordo com o vice-governador Carlos Brandão, o reconhecimento do trabalho realizado até aqui em todo o estado inspira ainda mais a continuidade.

“O caráter dessa honraria muito me alegra, pois sei que a sua concessão é especial. É algo que me inspira a fazer muito mais pelo nosso Maranhão, a lutar por melhores condições de vida - mais justas, mais dignas -, para cada maranhense. O Tribunal de Justiça pode contar sempre com a minha máxima contribuição em levar benefícios para a população, de forma democrática”, afirmou.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, apontou que as medalhas devem recordar aos homenageados seu compromisso com a Justiça a todos aqueles que esperam soluções.

“Chegamos a um momento da história em que o Poder Judiciário tornou-se o mais confiante depositário das esperanças dos cidadãos que anseiam pela satisfação dos seus direitos”, destacou.

Entre os 16 homenageados estavam ainda os secretários de Estado da Educação, Felipe Camarão; da Saúde, Carlos Lula; e da Administração Penitenciária, Murillo Andrade.

Representando os laureados, o secretário Carlos Lula elogiou a atitude de todos os presentes que alcançaram o reconhecimento do Tribunal.

“É possível ostentar uma medalha como essa hoje, a honrar a Justiça, a honrar esse Tribunal, apontar para o caminho de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária - como informa a Constituição - e tomar atitudes pensando no conjunto da sociedade e no futuro”, declarou.

Junto com o desembargador Lourival Serejo e o vice-governador Carlos Brandão, também compuseram a mesa o vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Glalbert Cutrim; o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), José de Ribamar Oliveira; o procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa; o

deputado federal Edilázio Júnior; e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Holidice Barros.

I Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do TJ-MA fomenta consciência coletiva e institucional

BY JORNALISMO 106 ON 25 DE NOVEMBRO DE 2021 BOLETINS JORNALÍSTICOS

Reportagem de Borges Júnior

Confira também no Spotify Deezer Google Podcasts

Ou ç a

e m :

<http://www.universidadefm.ufma.br/jornalismo106/boletins-jornalisticos/i-semana-de-valorizacao-da-pessoa-com-deficiencia-do-tj-ma-fomenta-consciencia-coletiva-e-institucional/>